

COM A SUBIDA DE 7 PONTOS PERCENTUAIS NA TAXA DE CONTRIBUIÇÕES EM 2013 OS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA PERDERIAM MAIS 381,2 MILHÕES € DE REMUNERAÇÕES LÍQUIDAS, E OS COM O SALÁRIO MÍNIMO MAIS DE 197 MILHÕES €

Uma das características deste governo e dos seus defensores é a utilização descarada e continuada da mentira para enganar os portugueses. Vem isto a propósito da ideia que tentaram fazer passar junto da opinião pública de que a subida em 7 pontos percentuais da taxa de contribuições dos trabalhadores da Função Pública para a CGA não determinaria qualquer redução nas remunerações líquidas anuais recebidas por estes trabalhadores em 2013 (levariam em 2013 para casa a mesma remuneração líquida que receberão em 2012, ou seja, continuariam a não receber os dois subsídios o que representaria já uma violação da decisão do Tribunal Constitucional), e que o aumento também de 7 pontos percentuais (+63,6%) da taxa de desconto destes trabalhadores para a Segurança Social aumentaria o emprego e corresponderia à perda de um salário. Mais uma vez tudo isto é uma grande mentira. Para provar isso, vamos utilizar a linguagem fria e objetiva dos números.

E vamos começar pela Função Pública. Para isso, vamos utilizar para os cálculos os dados divulgados pela Direção Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) do Ministério das Finanças e da Administração Pública, referentes ao 2º Trimestre de 2012, sobre o número de trabalhadores da Função Pública, sobre a remuneração base média e sobre o ganho médio destes trabalhadores já em 2012. E para que tal cálculo seja possível vamos utilizar as tabelas de retenção de IRS para a Função Pública de 2012, pois são as que estão neste momento disponíveis. Com base nestes dados, calculamos depois os ganhos líquidos deduzindo, primeiro a taxa de 12,5% (11% para a CGA e 1,5% para a ADSE) e depois a de 19,5% (18% para a CGA e 1,5% para a ADSE) e, em relação a cada um dos valores obtidos, deduzimos depois o IRS. Os resultados obtidos constam do quadro 1 e são suficientemente esclarecedores para cada trabalhador da Função Pública de cada grupo profissional perceber a dimensão do corte que sofrerá em 2013, para além do que sofreu em 2012 como consequência do confisco dos dois subsídios (férias e Natal). É verdade, embora pareça mentira, este governo pretende reduzir ainda mais a remuneração total líquida que os trabalhadores da Função Pública receberam em 2012.

Quadro 1- Redução no ganho líquido (inclui remuneração base + outros valores) recebido em 2012 que teriam os trabalhadores da Função Pública, ou seja depois do confisco dos dois subsídios, em 2013 que resultaria do aumento da taxa de contribuição para a CGA e ADSE de 12,5% para 19,5% como pretende Passos Coelho

CARGO / CARREIRA / GRUPO	Nº de Trabalhadores das administrações Públicas em 30.6.2012	Ganho médio mensal ilíquido em Abril 2012, portanto antes de adicionar 1/12 de um subsídio	Ganho médio mensal líquido antes de adicionar 1/12 do subsídio obtido deduzindo 12,5% para CGA e ADSE e o IRS	Ganho médio mensal ilíquido de 2012 + 1/12 do subsídio	Ganho médio mensal líquido com 1/12 de um subsídio obtido deduzindo 19,5% para CGA e ADSE e IRS	Redução mensal no Ganho líquido em relação ao ganho líquido de 2012	Redução anual do ganho líquido em relação ao 2012 por trabalhador	REDUÇÃO GLOBAL NOS GANHOS LÍQUIDOS DOS TRABALHADORES DAS ADMINISTRAÇÕES Públicas (Em relação aos ganhos líquidos de 2012)
Total - Administrações Públicas	605.212							-381.262.018,0 €
Representantes do poder legislativo (a)	3.048	2.722,9 €	1.756,3 €	2.906,3 €	1.671,1 €	-85,2 €	-1.022,3 €	-3.115.895,3 €
Dirigente superior	1.376	4.184,1 €	2.531,4 €	4.474,0 €	2.393,6 €	-137,8 €	-1.653,4 €	-2.275.050,6 €
Dirigente intermédio	9.349	2.879,9 €	1.857,5 €	3.085,9 €	1.743,5 €	-114,0 €	-1.368,4 €	-12.792.741,1 €
Técnico Superior	51.646	1.745,5 €	1.265,5 €	1.879,6 €	1.203,0 €	-62,5 €	-749,9 €	-38.728.281,8 €
Assistente técnico/administrativo (b)	82.284	1.060,0 €	842,7 €	1.137,9 €	813,6 €	-29,1 €	-348,8 €	-28.700.511,1 €
Assist. operacional /operário/auxiliar (c)	137.656	740,4 €	614,6 €	792,2 €	594,2 €	-20,4 €	-244,5 €	-33.662.384,5 €
Informático	4.595	1.816,6 €	1.289,8 €	1.956,9 €	1.252,4 €	-37,4 €	-448,3 €	-2.059.800,7 €
Magistrado	3.823	4.317,5 €	2.612,1 €	4.657,5 €	2.491,8 €	-120,3 €	-1.443,9 €	-5.520.117,2 €
Diplomata	350	8.124,6 €	4.468,5 €	8.316,8 €	3.992,0 €	-476,5 €	-5.717,5 €	-2.001.140,4 €
Pessoal de Investigação Científica	1.766	3.187,6 €	1.992,2 €	3.445,4 €	1.912,2 €	-80,0 €	-960,1 €	-1.695.576,2 €
Docente Ensino Universitário	13.845	3.304,2 €	2.065,1 €	3.571,4 €	1.946,4 €	-118,7 €	-1.424,4 €	-19.720.512,0 €
Docente Ensino Superior Politécnico	9.535	2.741,5 €	1.768,3 €	2.961,5 €	1.673,2 €	-95,0 €	-1.140,2 €	-10.871.396,5 €
Educ. Infância e Doc. Ens. Básico/Secund.	150.550	2.023,3 €	1.406,2 €	2.183,8 €	1.343,1 €	-63,1 €	-757,6 €	-114.055.016,4 €

Pessoal de Inspeção	1.732	2.324,4 €	1.568,9 €	2.490,9 €	1.482,1 €	-86,9 €	-1.042,5 €	-1.805.648,2 €
Médico	7.432	3.750,1 €	2.306,3 €	3.992,1 €	2.175,7 €	-130,6 €	-1.567,2 €	-11.647.422,6 €
Enfermeiro	9.125	1.624,9 €	1.194,3 €	1.738,6 €	1.138,8 €	-55,5 €	-666,2 €	-6.079.188,2 €
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	2.050	1.470,0 €	1.095,1 €	1.580,9 €	1.051,3 €	-43,8 €	-526,1 €	-1.078.475,8 €
Técnico Superior de Saúde	667	1.929,8 €	1.370,2 €	2.081,0 €	1.300,6 €	-69,5 €	-834,1 €	-556.346,2 €
Administração Tributária e Aduaneira	9.892	1.984,2 €	1.379,0 €	2.134,4 €	1.334,0 €	-45,0 €	-540,4 €	-5.345.295,5 €
Conservador e Notário	671	3.921,2 €	2.411,6 €	4.202,9 €	2.248,5 €	-163,0 €	-1.956,2 €	-1.312.624,3 €
Oficial dos Registos e do Notariado	4.473	2.010,7 €	1.397,4 €	2.162,6 €	1.330,0 €	-67,4 €	-808,6 €	-3.616.672,1 €
Oficial de Justiça	7.949	1.616,0 €	1.187,8 €	1.731,5 €	1.134,2 €	-53,6 €	-643,2 €	-5.113.181,1 €
Forças Armadas	34.442	1.482,4 €	1.104,4 €	1.574,7 €	1.047,2 €	-57,2 €	-686,2 €	-23.633.099,9 €
Polícia Judiciária	2.276	2.217,4 €	1.518,9 €	2.367,8 €	1.432,5 €	-86,4 €	-1.037,4 €	-2.361.075,4 €
Polícia de Segurança Pública	21.560	1.718,5 €	1.245,9 €	1.828,5 €	1.170,2 €	-75,7 €	-908,2 €	-19.581.132,6 €
Guarda Nacional Republicana	23.175	1.563,6 €	1.149,2 €	1.671,0 €	1.094,5 €	-54,7 €	-656,5 €	-15.214.010,9 €
Serviço Estrangeiros Fronteiras	755	2.664,1 €	1.745,0 €	2.830,4 €	1.627,5 €	-117,5 €	-1.410,3 €	-1.064.802,5 €
Guarda Prisional	4.482	1.816,2 €	1.289,5 €	1.900,6 €	1.216,4 €	-73,1 €	-877,4 €	-3.932.492,5 €
Outro Pessoal de Segurança	1.222	1.497,8 €	1.115,9 €	1.585,9 €	1.054,6 €	-61,3 €	-735,2 €	-898.367,7 €
Bombeiro	2.239	1.506,3 €	1.122,2 €	1.589,7 €	1.057,1 €	-65,1 €	-781,3 €	-1.749.239,6 €
Polícia Municipal (d)	1.247	1.380,4 €	1.056,0 €	1.458,1 €	984,2 €	-71,8 €	-861,7 €	-1.074.519,2 €

FONTE : Dados sobre número de trabalhadores e ganhos ilíquidos - DGAEP - Ministério das Finanças e Administração Pública

Em 2012, o governo de Passos Coelho confiscou aos trabalhadores da Função Pública o subsídio de férias e de Natal. No entanto, ainda não está satisfeito com a dimensão de tal confisco. E “chico esperto” como é, procurou engendrar uma artimanha para enganar os trabalhadores da Função Pública e o Tribunal Constitucional que declarou tal confisco inconstitucional. E essa artimanha é a seguinte: Propõe-se devolver ficticiamente um subsídio repartindo-o por 12 meses e, em troca, pretende aumentar a taxa de contribuição para a CGA em 7 pontos percentuais (o aumento do desconto para a CGA e ADSE de 12,5% para 19,5% representa uma subida de 56% no valor dos descontos em euros pagos pelos trabalhadores). E depois diz que o ganho (inclui remuneração base + outros valores recebidos) líquido seria o mesmo de 2012. E isto, para além de ser uma afronta à decisão do próprio Tribunal Constitucional, que declarou o corte do valor correspondente a dois subsídios inconstitucional, é também uma grande mentira como provam, de uma forma clara, os dados do quadro 1. Efetivamente, tal artimanha permitiria ao governo, se os trabalhadores permitirem tal intenção do governo vá para a frente, reduzir o já reduzido rendimento líquido recebido pelos 605.212 trabalhadores das Administrações Públicas (Central, Local e Regional) em 2012, em ainda mais 381,26 milhões €. E neste total não estão incluídos todos os trabalhadores da Função Pública. Por ex., os dos Hospitais EPE não estão incluídos.

O quadro 1, permite a cada trabalhador, de acordo com o seu grupo profissional ficar com uma ideia muito aproximada e clara da redução média, que sofreria em 2013, relativamente ao valor líquido que recebeu em 2012, portanto sem os dois subsídios (em 2013, também receberia apenas 12 meses). E como mostra o quadro 1, a redução na remuneração líquida mensal (ganho líquido) de 2012 varia entre -20,4€ e -476,5€; e a redução anual no ganho líquido varia entre -244,5€ (assistente operacional) e 5.717,5€ (diplomata). Em 2013, com a artimanha de Passos Coelho os trabalhadores da Função Pública levariam mensalmente (apenas 12 meses) para a sua casa ainda menos do que em 2012. Eis a equidade de Passos Coelho, do PSD e CDS.

O AUMENTO DA TSU DE 11% PARA 18% NO SETOR PRIVADO DETERMINARIA RAZÃO, UMA REDUÇÃO NAS REMUNERAÇÕES LÍQUIDAS NOMINAIS DOS TRABALHADORES DO SETOR PRIVADO EM 2013 QUE É SUPERIOR A UM SALÁRIO LÍQUIDO

Também em relação aos trabalhadores do setor privado o governo e os seus defensores mentem quando afirmam que a perda que resultaria do aumento da taxa de contribuição dos trabalhadores para a Segurança Social é apenas o correspondente a um salário mensal, como a perda de um salário para quem já ganha tão pouco como os trabalhadores portugueses não fosse uma afronta. No entanto, isto é também mentira porque a perda mesmo para os trabalhadores que recebem o salário mínimo é superior a um salário líquido como provam os dados do quadro 2

Quadro 2 – Número de remunerações líquidas perdidas pelos trabalhadores do setor privado causado pela subida de 11% para 18% da taxa de contribuição para a Segurança Social

REMUNERAÇÃO MÉDIA MENSAL NOMINAL ILÍQUIDA	Contribuição para a Segurança Social (TSU)		IRS retido - 2 titulares com um dependente		Remuneração Líquida depois de deduzida TSU e IRS		Perda mensal nas remunerações líquidas com subida TSU de 11% para 18%	Perda anual de remuneração líquida devido aumento taxa de 11% para 18%	Nº de vezes que perda é superior ao salário líquido de 2012 (taxa 115)	Nº Trabalhadores Mil	PERDA ANUAL TOTAL REMUNERAÇÕES LÍQUIDAS SETOR PRIVADO Milhões €
	Taxa 11%	Taxa 18%	Taxa	Euros	TSU =11%	TSU= 18%					
485,0 €	53 €	87 €	0,0%	0 €	432 €	398 €	-34 €	-475 €	1,1	415	-197
620,0 €	68 €	112 €	2,0%	12 €	539 €	496 €	-43 €	-608 €	1,1	745	-544
930,0 €	102 €	167 €	8,0%	74 €	753 €	688 €	-65 €	-911 €	1,2	1.026	-935
1.380,0 €	152 €	248 €	14,0%	193 €	1.035 €	938 €	-97 €	-1.352 €	1,3	412	-557
2.306,4 €	254 €	415 €	22,0%	507 €	1.545 €	1.384 €	-161 €	-2.260 €	1,4	381	-860
3.470,0 €	382 €	625 €	26,0%	902 €	2.186 €	1.943 €	-243 €	-3.401 €	1,5	126	-428
4.500,0 €	495 €	810 €	28,5%	1.283 €	2.723 €	2.408 €	-315 €	-4.410 €	1,6	24	-105
5.500,0 €	605 €	990 €	30,5%	1.678 €	3.218 €	2.833 €	-385 €	-5.390 €	1,7	28	-152

FONTE: O número de trabalhadores foi estimado utilizando a repartição por escalões de rendimento líquido -Estatísticas do Emprego- 2º Trimestre. 2012-INE deduzindo os trabalhadores das Administrações Públicas

Como não existem dados oficiais recentes sobre a repartição dos trabalhadores do setor privado por escalões de remunerações nominais tivemos que seguir um caminho indireto para dar uma ideia, o mais aproximada e rigorosa possível, das consequências em termos de perda de rendimento líquido em 2013, em relação ao que os trabalhadores receberam em 2012, resultante de uma eventual subida da taxa de desconto para a Segurança Social de 11% para 18%.

Assim, em relação aos trabalhadores que recebem o salário mínimo nacional utilizamos o Boletim Estatístico de Julho de 2012 do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social que informa que, já em Outubro de 2011, 11,3% (atualmente deve já ser uma percentagem superior) dos trabalhadores portugueses recebiam apenas o salário mínimo nacional. Em relação aos restantes escalões utilizamos a repartição dos trabalhadores por conta de outrem por escalões de rendimento mensal líquido constante da Estatísticas do Emprego do 2º Trimestre de 2012 do INE. E escolhemos uma remuneração nominal ilíquida cujo valor líquido resultante corresponde, mais ou menos, ao valor médio dos escalões do INE de 485€/600€; de 600€/900€; de 900€/1200€; de 1200€/1800€; de 1800€/2500€; de 2500€/3000€; e 3000€ mais euros, que são os escalões de remunerações mensais líquidas utilizadas pelo INE nas estatísticas que divulga. E o número de trabalhadores, com exceção dos que recebem o salário mínimo, são os que constam das mesmas Estatísticas do Emprego referentes ao 2º Trimestre de 2012 também do INE. Estes dados sobre o número dos trabalhadores, embora não sejam os corretos, permitem, no entanto, dar uma ideia do rendimento total líquido perdido pelos trabalhadores de cada escalão em 2013 relativamente ao que receberam em 2012.

Como mostram os dados do quadro 2, o número de salários líquidos perdidos devido ao aumento da taxa de desconto para a Segurança Social (TSU) paga pelos trabalhadores de 11% para 18% varia entre 1,1 e 1,7, portanto é sempre superior a um salário líquido mesmo em relação ao salário mínimo nacional. E o valor das remunerações líquidas perdidas pelos trabalhadores de cada escalão em 2013, relativamente ao que receberam em 2012, que já são manifestamente insuficientes, seriam de muitas centenas de milhões €, incluindo os trabalhadores que recebem o salário mínimo nacional. Por ex. os que recebem o salário mínimo nacional perderiam em 2013, com a subida da taxa de desconto de 11% para 18% mais de 197 milhões € relativamente ao seu rendimento líquido de 2012. Para além da gigantesca mentira e tentativa de manipulação da opinião pública por parte do governo e seus defensores, esta medida anunciada por Passos Coelho revela uma total insensibilidade social e também uma total incapacidade de Passos Coelho e dos seus amigos para ocuparem o governo de Portugal. É necessário que os portugueses não permitam que este governo e a “troika” estrangeira que deu a sua “bênção” a esta medida a tão injusta, consigam concretizar os seus objetivos. E isto não, se resolve, como diz Marcelo de Sousa e os amigos deste governo, explicando melhor e fazendo pequenos aumentos dos impostos sobre os rendimentos do capital e das empresas para enganar a opinião públi

Eugénio Rosa,
Economista
edr2@netcabo.pt, 11.9.2012